



## A eficácia das medidas protetivas de urgências na prevenção do feminicídio

### Autor(res)

Arthur Ricardo Silva Travaglia  
Wellen Da Fonseca  
Matheus Barbosa De Lara Silva  
Aline Bento Comper

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

### Introdução

As Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), instituídas pela Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representam o principal instrumento jurídico para a proteção de mulheres em situação de violência doméstica e familiar no Brasil. Concebidas para cessar ou prevenir a continuidade da violência, essas medidas são cruciais em um cenário onde o feminicídio se apresenta como o ápice de um ciclo de agressões. Esta revisão visa analisar a efetividade real dessas medidas como ferramenta de prevenção ao feminicídio, investigando os desafios em sua aplicação e a resposta do ordenamento jurídico para aprimorar sua eficácia.

### Objetivo

O objetivo desta pesquisa é analisar a eficácia das Medidas Protetivas de Urgência na prevenção de feminicídios. Busca-se demonstrar como, apesar de serem um avanço legislativo fundamental, sua aplicação enfrenta obstáculos que limitam seu potencial, avaliando se o arcabouço legal e as políticas públicas existentes são suficientes para garantir a vida e a integridade física das mulheres.

### Material e Métodos

O método de abordagem utilizado é o dedutivo, partindo-se da análise de direitos fundamentais constitucionais, como o direito à vida e à dignidade da pessoa humana, para se chegar ao fenômeno particular da violência de gênero e sua manifestação extrema, o feminicídio. A técnica de pesquisa empregada foi a bibliográfica, com base na análise da legislação pertinente (Lei Maria da Penha e Código Penal), doutrinas jurídicas, artigos científicos e dados estatísticos disponibilizados por órgãos de segurança pública e institutos de pesquisa.

### Resultados e Discussão

Constata-se que a Lei Maria da Penha é um marco no enfrentamento à violência doméstica. No entanto, a eficácia das medidas protetivas é frequentemente comprometida por desafios estruturais. Entre os principais obstáculos estão o descumprimento das ordens judiciais pelo agressor, a falta de uma fiscalização sistemática e efetiva por parte do Estado e a demora na concessão e implementação das medidas. Legislações recentes, como a Lei nº 14.550/2023, que determina a concessão da medida protetiva independentemente de registro de boletim de



ocorrência ou processo judicial, representam avanços para desburocratizar e agilizar a proteção. Contudo, discute-se que a proteção não pode se restringir à esfera judicial, sendo indispensável uma atuação em rede, que integre o sistema de justiça com a saúde, a assistência social e a segurança pública para oferecer um amparo integral à vítima e monitorar o agressor.

## Conclusão

As Medidas Protetivas de Urgência são ferramentas indispensáveis, mas não suficientes por si só para erradicar o feminicídio. Sua eficácia está diretamente condicionada à capacidade do Estado de garantir seu cumprimento e de oferecer um suporte multidisciplinar à mulher em situação de risco. Mesmo com avanços legislativos, é imperativo que haja um investimento contínuo na fiscalização das medidas, na capacitação dos agentes públicos e, fundamentalmente, em políticas de educação e conscientização social para desconstruir as raízes da violência de gênero.

## Referências

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm).

BRASIL. Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 abr. 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/L14550.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14550.htm).

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 abr. 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/L14550.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14550.htm). Acesso em: 30 set. 2025.